

## EDITORIAL

---

Esta edição da SER Social é dedicada ao tema “Política Social e Emancipação”, trazendo um debate crítico e contemporâneo sobre a respectiva temática. Considera-se que, em tempos de aprofundamento da crise capitalista, erosão dos direitos sociais, superexploração da força de trabalho, e acirramento da luta de classes e avanço do conservadorismo, torna-se cada vez mais necessária a reflexão crítica acerca da política social e da emancipação, considerando as diversas interpretações, perspectivas e postulados que circundam o tema. O debate em torno da “Política Social e Emancipação” em uma conjuntura de ofensiva neoliberal e agudização da “questão social”, possibilita uma problematização do significado e limites da política social quanto à emancipação política e humana, bem como pensar alternativas concretas, tendo como horizonte as lutas sociais anticapitalistas e a construção de uma sociabilidade radicalmente livre e verdadeiramente emancipada.

A seção Artigos Científicos – Temáticos traz sete textos diretamente relacionados à temática da edição. O artigo de abertura é de Ivo Tonet. O autor destaca que as políticas sociais, ainda que sejam, em grande parte, conquistas das classes populares, são medidas do Estado e têm por função enfrentar a questão social. Como tal, elas fazem parte da emancipação política. Com base em Marx, Tonet, destaca que a emancipação política difere radicalmente da emancipação humana, sendo que esta é essencialmente superior àquela por ser a expressão da perspectiva do proletariado, cuja natureza é realmente de caráter universal. O texto de Maria Fernanda Escurra apresenta uma crítica marxiana ao enfrentamento da pobreza nos limites da razão política, partir de uma atualização do debate de Marx sobre as formas de consciência da burguesia que orientavam o gerenciamento desta questão. O terceiro artigo, de Paulo Cesar Paes e Olegna Guedes, estuda a emancipação humana e sua relação com o debate dos direitos humanos, evidenciado no Código de Ética da/o Assistente Social.

O artigo “Emancipação humana, Direitos humanos e Política social: dilemas e consensos na agenda marxista e no Serviço Social”, de autoria de Erika Barros e Rafaela Silva, analisa como o Serviço Social tem incorporado este debate no cerne da categoria profissional e quais os rebatimentos deste processo. O texto de Ednéia Oliveira discute como as políticas sociais são um elemento de manutenção e funcionalidade da ordem, podendo ser, de acordo com as interpretações comuns, um entrave para a emancipação humana e não uma forma objetiva de alcançá-la. O artigo “Emancipação e a expansão recente da educação superior no Brasil: nexos com a teoria crítica”, escrito por Gabrielle dos Santos, Leana Freitas e Crisanvania Gomes, busca empreender uma caracterização de como têm se desenvolvido as políticas públicas de ensino superior no Brasil. O texto analisa dados estatísticos que revelam de que modo está configurado o acesso à educação superior hoje no Brasil e conclui que a emancipação humana corresponde a um estágio material e socialmente avançado de desenvolvimento de forças sociais humanas e somente sob uma nova ordem societária poderá ser a educação a forma de reciprocidade mutuamente benéfica entre os indivíduos particulares e sua sociedade. Fechando a seção de artigos temáticos, as autoras Fábila Aires e Simone Guimarães discutem a participação social sob a perspectiva de seu potencial emancipador, bem como sua utilização no Brasil, considerando seus avanços e retrocessos a partir da redemocratização do país face ao avanço do ideário neoliberal.

Na seção de Temas Livres, neste número da SER Social, estamos publicando quatro artigos. O primeiro, “Estado Social, Assistência Social e precariedade laboral em Portugal (1974-2015)” é de autoria de Raquel Varela. O texto analisa a evolução histórica da segurança social em Portugal e sua relação com as relações laborais. O segundo artigo, de Potyara Pereira, versa sobre a relação historicamente indispensável entre trabalho e política social no processo de reprodução do sistema capitalista. O texto também discorre sobre a contemporânea degradação do trabalho no capitalismo, de extração neoliberal, e a redução da política social a mero instrumento de ativação dos desempregados para o precário mercado laboral. O terceiro artigo, é de autoria de Bruno Oliveira e aborda as questões relativas à extensão de direitos universais no contexto do desenvolvimento urbano-industrial brasileiro. O artigo “O sol não nasce para todos: uma análise do direito à cidade para os

segmentos LGBT”, de autoria de Andréa Silva e Silvana dos Santos, mostra que a cidade constitui-se historicamente como espaço para o desenvolvimento das forças produtivas, sendo, também, fábrica das possibilidades históricas quanto à construção do poder político das classes sociais. É neste ambiente de luta de classes, apropriação de territórios e de vivência das territorialidades que as autoras analisam o direito à cidade da população de lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais (LGBT).

Desejamos a todos/as uma boa leitura!

Comissão Editorial